PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MONITORAMENTO DE PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES AOS NOVOS PLANOS MUNICIPAIS

João Danilo Batista de Oliveira (UNEB/ANPAE/FEEBA)

jdaniobo@yahoo.com.br

Maria Couto Cunha (ANPAE/FEEBA)

mariacoutocunha@gmail.com

Nadia Hage Fialho (ANPAE/FEEBA/ACB)

nadahfialho@gmail.com

Luzinete Lyrio (ANPAE/SEC-BA)

luzinetelyrio@hotmail.com

Palavras- chave: Participação Social; Planos Decenais; Diagnósticos Educacionais.

Com a proximidade do fim da vigência do Plano Nacional de Educação de 2014/2024 (PNE)- prorrogado até dezembro de 2025 - pelo Congresso Nacional, o Presidente Lula convocou, através do Decreto Presidencial 11.697/2023, em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação de 2024 (CONAE). O tema central do evento foi “Plano Nacional de Educação, decênio 2024/2034: Política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento social sustentável”, precedida das etapas municipais e estaduais. Ativo político importante para avaliação dos Planos decenais vigentes e para proposições, construídas coletivamente, com o fito de aperfeiçoar os processos de elaboração dos planos e de colaborar com os novos planos e suas vinculações (SOUZA e MENEZES, 2017).

A construção do Novo PNE precedida da CONAE de 2024 imprime uma oportunidade histórica, articulada a outros ciclos e iniciativas de construção deste plano decenal, de fortalecimento da participação social e construção democrática do Novo PNE 2025/2035 (GARCIA, SILVA e SOARES, 2024), e respectivos planos decenais nos estados, distrito federal e municípios. Esse movimento se soma ao que está previsto na Lei 13005/2014 do PNE vigente, quando indicou o Fórum Nacional de Educação (FNE) como uma das instâncias responsáveis pelo monitoramento contínuo e por avaliações periódicas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Da mesma forma, a Lei nº 13.559/2016 do Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE-BA), definiu competência similar ao Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEEBA) e aos Fóruns Municipais de Educação nos respectivos Planos Municipais. Isso posto, tem se fortalecido um movimento de inter-fóruns, reconhecendo neles a constituição do espaço de interlocução entre a sociedade civil e o poder público, com o intuito de pôr fim à marca elitista e centralizadora de tomada de decisões no âmbito dos governos (FAVERO; SEMERARO, 2002), na perspectiva de fortalecer um projeto participativo voltado para a expansão da cidadania, o aprofundamento da democracia e a garantia de direitos sociais (SANTOS DE ASSIS et al, 2022).

Nos quase nove anos de aprovação da Lei nº 13.559 do PEE-BA, o FEEBA, através de suas Comissões Permanentes e do Conselho Pleno vem apresentando à sociedade baiana e, em especial, ao campo educacional, os resultados dos estudos desenvolvidos por um grupo de pesquisadores e outros atores sociais reunidos na Comissão de Monitoramento e Sistematização, presidida pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), seção Bahia, tais como Relatórios Técnicos do Monitoramento das Metas do PNE; Audiências Públicas e Conferências Livres, bem como, apresentando trabalhos em eventos acadêmicos científicos e em periódicos especializados.

O Fórum ainda acompanha o trabalho realizado por uma coordenação vinculada à Secretaria de Educação do Estado (SEC-BA), para orientação e assessoramento aos municípios no processo de monitoramento dos seus Planos Municipais de Educação (PMEs). No entanto, após anos dedicados a construir uma metodologia de monitoramento do Plano Estadual, articulando as bases de dados do INEP através dos Relatórios de monitoramento dos ciclos do PNE, aos relatórios dos PME disponíveis no repositório da SEC-BA e ainda do Relatório Executivo da própria Rede Estadual, entre outras fontes e estudos, como dissertações e teses, foi através da ação, desencadeada a partir de 2018, que estimula a criação de Fóruns Municipais de Educação (FMEs) e de sua organização através de Rede de Fóruns que o FEEBA se aproximou mais dos municípios baianos.

Esta ação promoveu a criação do Observatório Experimental de Indicadores Educacionais no Território do Sisal, em 2024, instituindo, por via do FEEBA, uma iniciativa mais estruturante de apoio aos municípios, mobilizando também pesquisadores dedicados ao estudo e à publicação contínua de trabalhos acadêmicos voltados aos temas que atravessam os planos educacionais.

Olhamos o papel dos fóruns e os planos decenais como política pública e buscamos delimitar e problematizar seus limites, avanços e desafios no que diz respeito à participação social no monitoramento e avaliação de suas metas e estratégias, na análise de indicadores educacionais sobre os níveis, etapas e modalidades educacionais, nos territórios e municípios baianos; desafios que estão postos (e sendo enfrentados) no contexto do território baiano, na dimensão do que Dourado (2017a, p.10) definiu como o paradoxo entre “- a negação e, paradoxalmente, a participação da sociedade nas questões educacionais –“, e continua, logo em seguida, “mediatizada por uma concepção política cuja égide consiste, no campo dos direitos sociais, na prevalência de uma cidadania regulada e, conseqüentemente, restrita”. Em Planos Estaduais em disputa: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação, Souza e Menezes (2017, s/p.) destacam o duplo papel dos Planos Estaduais de Educação, “[...] cuja particularidade implica, de um lado, integrar objetivos e metas do Plano Nacional, traduzindo-os para a realidade territorial do estado e, de outro lado, prever as demandas às necessidades municipais [...]”.

Nesse contexto, o presente Simpósio articula a apresentação das iniciativas e dos estudos gerados no âmbito deste grupo de pesquisadores associados à ANPAE, Seção Bahia, que se voltaram ao estudo dos Planos Decenais como epicentro das políticas educacionais e a sua defesa como Política de Estado (DOURADO, 2017b). As falas que traremos no Simpósio são representativas e remetem ao trabalho de um conjunto de diferentes sujeitos sociais, que integram o ecossistema dos setores sociais e dos segmentos educacionais baianos, que combinam um trabalho técnico de pesquisa com o trabalho político em defesa de uma educação transformadora. Sujeitos que atuam no monitoramento dos Planos atuais e já deram início a iniciativas direcionadas a contribuir com os municípios baianos na elaboração de diagnósticos educacionais, na avaliação dos planos em vigência e na construção dos novos planos educacionais para o período de 2025/2035.

O tema central do Simpósio “Participação social e monitoramento de Planos Decenais de Educação: diagnósticos e contribuições aos novos planos municipais” se referencia nas ações e estudos realizados no âmbito da Comissão de Monitoramento e no Observatório de Indicadores Educacionais. Os resultados do trabalho das equipes envolvidas nessas iniciativas estão sendo apresentados e publicados em diferentes eventos da comunidade acadêmica e periódicos da área educacional, todos com ênfase na apresentação das ações e estudos de participação social. Iniciativas que buscam

subsidiar e sustentar a construção de políticas que promovam a garantia do direito à educação, com justiça social e equidade, ou seja, posicionados em meio a processo e concepções de educação e política educacional em disputa; além disso, propondo alternativas participativas que fazem contraponto ao avanço das políticas neoliberais e da ação da iniciativa privada, via consultorias e assessorias no âmbito do setor público, inclusive no processo de construção e monitoramento dos Planos.

Portanto, volta-se com um olhar investigativo para recuperar a avaliação do PNE (2014/2024) e suas relações com os Planos Estaduais e Municipais e para avançar na análise e proposições para os novos Planos. Trata-se de produzir na relação com o campo e com seus atores a partir de olhares que se entrecruzam, envolvendo as discussões sobre níveis, etapas e modalidades da educação e, também, temáticas como gestão democrática, formação e valorização dos profissionais da educação, financiamento, entre outros assuntos incidentes nos Planos, a exemplo de:

1. O papel do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEEBA) na criação de Fóruns Municipais de Educação, na organização da participação qualificada da Bahia nas Conferências de Educação e na elaboração dos Planos Decenais;
2. Os estudos, pesquisas no monitoramento e avaliação dos Planos Decenais em vigência na Bahia e a criação de um Observatório Experimental de Estudo dos Indicadores Educacionais de municípios baianos, articulados às metas dos Planos, desenvolvidos pela Comissão de Monitoramento e Sistematização do FEEBA, presidida pela Seção Estadual da ANPAE Bahia; ação que busca de oferecer suporte técnico para que os municípios organizem e debatam temas importantes nas Conferências Municipais, no monitoramento e avaliação dos seus respectivos Planos (PMEs) e, mais recentemente, na elaboração de diagnósticos educacionais através de Observatórios;
3. Apresentação de um painel sobre o diagnóstico educacional do Território do Sisal, integrado por 20 municípios baianos, com a finalidade de: a) Contribuir para o aperfeiçoamento do processo de elaboração e monitoramento de planos municipais de educação no Estado da Bahia; e b)

Constituir os Planos Municipais de Educação (PME) como principal política de planejamento educacional dos municípios, espelhando em suas metas a realidade local, em sintonia com as metas dos planos nacional e estadual.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Lei Ordinária Nº 13559, de 11 de maio de 2016 que aprovou o **Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE-BA) decênio 2016/2026**. Disponível em <https://leiestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13559-2016-bahia-aprova-o-plano-estadual-de-educacao-da-bahia-e-da-outras-providencias>. Acesso em 12 de fev. de 2025.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o novo **Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014-2024**. Disponível em <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de fev, 2025.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024 – Avaliação e Perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017a.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017b.

FAVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni. **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; SILVA, Rute Regis de Oliveira da y SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Políticas Educacionais no Brasil: CONAEs como modelo participativo para os Planos Nacionais de Educação do BRICS. **J. Pol. Educ-s [online]. 2024, vol.18** [citado 2025-02-12], e95980. Disponible en: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692024000100203&lng=es&nrm=iso>. Epub 15-Ene-2025. ISSN 1981-1969. <https://doi.org/10.5380/jpe.v17i0.95980>

SANTOS DE ASSIS, A.; OLIVEIRA, J. D.; CUNHA, M. C.; PITOMBO, N. C. S. A Bahia na Conape 2022: Tessituras da Gestão Democrática no âmbito do Feeba Para a Reconstrução de Novo Projeto de Nação. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 911–924, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.73931. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/73931>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 80-81, 2017. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 fev. 2025. Epub 25-Set-2017. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227152>